

Relatório de Reunião Conjunta

Prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Saúde – SES**

✓ I – Apresentação

No dia 19/6/2019, a Comissão de Saúde recebeu Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, secretário de Estado de Saúde, que prestou informações sobre a gestão de sua área de competência relativamente ao 1º quadrimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da [Constituição do Estado](#) e ao art. 36, § 5º, da [Lei Complementar Federal nº 141, de 2012](#), que dispõe sobre normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde.

✓ II – Presenças

- **Comissão de Saúde:** deputados Carlos Pimenta (presidente); Marília Campos (substituindo o deputado Doutor Jean Freire); Professor Cleiton (substituindo o deputado Carlos Pimenta); e Professor Irineu (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista).
- **Demais presenças:** deputadas Rosângela Reis, Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus e Laura Serrano e deputados Antonio Carlos Arantes, Gil Pereira, Arlen Santiago, André Quintão, Celinho Sintrocél, Ulysses Gomes, Noraldino Júnior, Cleitinho Azevedo, Mauro Tramonte, Guilherme da Cunha, Zé Reis, Bartô, Bruno Engler e Delegado Heli Grilo.
- **Outras presenças:** Luiz Marcelo Cabral Tavares, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Saúde; Fabrício Henrique dos Santos Simões, representando Eduardo Luiz da Silva, presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems/MG; Narcélio Alves Costa, presidente do Colegiado dos Secretários Executivos dos Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais; Pedro Henrique Magalhães Azevedo, representando o conselheiro presidente Mauri José Torres Duarte; Consuelo Aparecida Gonzaga, representando Ederson Alves da Silva, presidente do Conselho Estadual de Saúde.

✓ **III – Discussões**

Conforme estabelece a [Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019](#), o secretário de Estado de Saúde fez uma exposição sobre a gestão da secretaria sob sua responsabilidade e informou tanto sobre as atividades em execução quanto sobre o planejamento das atividades futuras. Ele também apresentou informações sobre as temáticas enfatizadas previamente pelos deputados, as quais abordamos a seguir.

1) Quitação de débitos com municípios e hospitais conveniados

O secretário pontuou que, quando assumiu a secretaria, os valores inscritos em restos a pagar destinados ao pagamento da atenção ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade era de R\$486.558.414,35. Desse valor, foram pagos pelo governo atual R\$93.868.006,69, o que equivale a 19%. No que se refere à execução do orçamento de 2019, o secretário informou que foram empenhados R\$23.349.681,51, liquidados R\$17.428.292,41 e somente R\$1.762,40 foram efetivamente pagos. Em relação aos recursos federais destinados aos municípios e hospitais conveniados, o secretário afirmou que a SES os tem repassado regularmente.

RQN 1.672/2019 (Comissão de Saúde)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde para equacionar a questão dos restos a pagar relativos às ações e serviços públicos de saúde com vistas a cumprir o disposto na [Lei Complementar Federal nº 141, de 2012](#), tendo em vista que o Relatório de Gestão apresentado pela SES demonstra que as ações que dependem de recursos estaduais estão com execução extremamente baixa.

REQUERIMENTOS

2) Quitação de débitos referentes ao Samu

O secretário explicou que diante do atual cenário de restrição orçamentária, a SES tem priorizado repassar recursos para a manutenção da Rede de Urgência e Emergência, por ter mais impacto sobre a saúde da população. Como o Samu faz parte dessa rede, seu financiamento também foi priorizado. Dessa forma, a partir do mês de maio os pagamentos passaram a ser feitos de forma regular e mensal. No 1º quadrimestre já foram pagos aproximadamente R\$206.000.000,00.

3) Obras inacabadas em unidades de saúde

O secretário informou que existem aproximadamente 300 unidades básicas de saúde com obras inacabadas no Estado e que a SES está fazendo um levantamento da situação de cada uma. Ele enfatizou que no momento atual não há recursos financeiros para concluí-las, no entanto, o levantamento será importante para orientar a aplicação de recursos futuros.

Em relação aos hospitais regionais, o secretário explicou que foi criado um grupo de trabalho composto por representantes das Secretarias de Estado de Saúde, de Planejamento e Gestão e de Transportes e Obras Públicas para buscar soluções para o término das obras e posterior manutenção desses hospitais. Segundo ele, foi publicado um edital de Tomada Pública de Subsídios, em 13/5/2019, para que instituições do setor privado pudessem contribuir com a SES para a estruturação de modelos técnicos, jurídicos e econômico-financeiros, destinados a viabilizar a implantação dos hospitais regionais.

Desde a publicação do edital, mais de 26 entidades já se cadastraram. O prazo para o cadastramento termina em 30/6/2019. A divulgação da lista das entidades credenciadas a participar da Tomada Pública de Subsídios está prevista para o dia 15/7/2019. Após a divulgação, o grupo de trabalho se reunirá com as entidades selecionadas para deliberar sobre as sugestões de propostas e avaliar a viabilidade de cada uma. A expectativa da SES é que até o fim do ano estejam em andamento os processos de licitação para a conclusão dos hospitais.

RQN 1.707/2019 (Comissão de Saúde)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde para alterar o [Decreto nº 44.761, de 2008](#), que dispõe sobre a prestação de contas dos recursos transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social e do Fundo Estadual de Saúde, por meio de resoluções, de modo a inserir dispositivos que permitam aos municípios tanto a devolução dos recursos recebidos fundo a fundo para a construção de unidades de saúde, quanto o investimento com recursos próprios para o término das obras, com vistas a solucionar o problema das unidades de saúde com obras paralisadas e a regularizar a prestação de contas dos municípios junto à SES.

REQUERIMENTOS

4) Rede de atenção em urgência e emergência

O secretário apresentou as ações que estão sendo realizadas para aprimorar a Rede de Urgência e Emergência – RUE: qualificação dos indicadores assistenciais do Programa UPA 24h; manutenção do financiamento da RUE; implantação do Samu 192 nas seis Regiões Ampliadas de Saúde; e aprimoramento do Suporte Aéreo Avançado de Vida em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

5) Atendimento hospitalar em oncologia

O secretário informou que no 1º quadrimestre de 2019 foram repassados R\$3.586.570,34 aos prestadores contratados pela SES. Esse valor é referente à produção aprovada em cirurgias oncológicas no período de dezembro de 2018 a março de 2019.

6) Atenção Primária em saúde

RQN 1.695/2019 (Comissão de Saúde)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde para pagamento do incentivo financeiro para cofinanciamento da Atenção Primária à Saúde, estabelecido por meio da [Resolução SES/MG nº 5.816, de 19/7/2017](#).

RQN 1.699/2019 (Comissão de Saúde)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde para pagamento dos recursos em aberto destinados à Política Estadual de Promoção à Saúde, instituída por meio da [Resolução SES/MG nº 5.250, de 19/4/2016](#).

REQUERIMENTOS

7) Política de Saúde Mental

RQN 1.705/2019 (Comissão de Saúde)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde para fortalecer os pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial – Raps – no âmbito da Política de Saúde Mental e regulamentar a [Lei nº 22.460, de 2016](#), que estabelece diretrizes para o atendimento prestado pelas comunidades terapêuticas no Estado.

RQC nº 2.802/2019 (Comissão de Saúde)

Audiência pública da comissão para debater as diretrizes da atual Política de Saúde Mental no Estado.

RQN 1.717/2019 (Comissão de Saúde)

Pedido de informações ao secretário de Estado de Saúde sobre a Política de Saúde Mental no Estado, apresentando-se prioridades e detalhamento da destinação de recursos orçamentários.

RQN 1.692/2019 (Comissão de Saúde)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde para pagamento dos recursos em aberto destinados à Política Estadual de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, que estabelece a regulamentação, a operacionalização e as diretrizes e normas para organização da Rede de Atenção Psicossocial – Raps –, instituída por meio da [Resolução SES/MG nº 5.461, de 19/10/2016](#).

REQUERIMENTOS

8) Política de Saúde da Mulher/Saúde materno-infantil

O secretário afirmou que as políticas de prevenção e combate ao câncer de mama e de redução do número de cesárias realizadas no Estado serão aprimoradas com vistas a priorizar o acesso inicial e garantir a integralidade da atenção. Em relação ao programa de triagem neonatal, o secretário informou que os contratos estão sendo revistos e que o programa não será interrompido.

Compromissos do Secretário

Em relação ao programa de triagem neonatal, o secretário informou que os contratos estão sendo revistos e que o programa não será interrompido.

COMPROMISSOS

RQN 1.701/2019 (Comissão de Saúde)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde para implantação de diretrizes e metas da saúde aprovadas nos eixos temáticos do Plano Decenal de Políticas para Mulheres do Estado de Minas Gerais, em atendimento a proposta deliberada na ocasião da realização da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres.

RQN 1.670/2019 (Comissão de Saúde)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde para pagamento dos recursos em aberto destinados à Rede Cegonha e à Casa de Apoio à Gestante e Puérpera.

RQN 1.715/2019 (Comissão de Saúde)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde para reativação e apresentação de cronograma de funcionamento e plano de trabalho do Comitê Estadual de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal e comitês regionais do Estado.

REQUERIMENTOS

9) Saúde Indígena

Compromissos do Secretário

O secretário garantiu a continuidade e a manutenção do mesmo efetivo de profissionais que atuam na Política de saúde Indígena e do seu grupo condutor.

RQC nº 2.803/2019 (Comissão de Saúde)

Audiência pública da comissão para debater as diretrizes e a execução da Política de Saúde Indígena no Estado.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTOS

10) Saúde da população Negra

RQN 1.693/2019 (Comissão de Saúde)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde para reativação, bem como apresentação de cronograma de funcionamento e plano de trabalho do Comitê Técnico de Saúde Integral da População Negra, conforme previsto na [Resolução Conjunta SES/Sedese/Sedpac nº 220, de 17/5/2017](#).

REQUERIMENTOS

11) Saúde da População LGBT

RQN 1.696/2019 (Comissão de Saúde)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde para reativação, bem como apresentação de cronograma de funcionamento e plano de trabalho do Comitê Técnico de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis – Comitê Técnico LGBT, conforme previsto na [Resolução SES MG/SEDPAC- MG/SEE-MG nº 207/2016, de 17/11/2016](#).

REQUERIMENTOS

12) Saúde da População do Campo, da Floresta e das Águas

RQN 1.720/2019 (Comissão de Saúde)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde para implantação, bem como apresentação de cronograma de funcionamento e plano de trabalho do Comitê Técnico de Saúde Integral da População do Campo, da Floresta e das Águas, em consonância com a pactuação do Plano Estadual de Saúde – PES – 2016-2019.

REQUERIMENTOS

13) Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig.

O secretário ressaltou que também é servidor da Fhemig e que pretende valorizar os servidores da saúde do Estado. Em relação à possibilidade de passar a gestão da Fhemig para uma organização social, ele afirmou que há estudos nesse sentido desde 2018 e que a Seplag está analisando a questão.

RQC nº 2.801/2019 (Comissão de Saúde)

Audiência pública da comissão para debater as propostas do governo do Estado para a gestão das unidades hospitalares da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig.

REQUERIMENTOS

14) Fundação Ezequiel Dias – Funed

RQN 1.721/2019 (Comissão de Saúde)

Pedido de informações ao secretário de Estado de Saúde sobre o plano de gestão da Fundação Ezequiel Dias – Funed –, detalhando destinação orçamentária, alocação de pessoal e planejamento de produção.

REQUERIMENTOS

15) Servidor Público

RQN 1.726/2019 (Comissão de Saúde)

Pedido de informações ao secretário de Estado de Saúde sobre nomeações, realização de concursos, plano de carreira dos servidores, bem como o fornecimento de organograma da referida secretaria com a lotação dos servidores por áreas.

REQUERIMENTOS

16) Violência sexual

RQN 1.671/2019 (Comissão de Saúde)

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde para assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado de Saúde e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, que dispõe sobre o Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual, visando ao cumprimento das ações e metas propostas pelo Comitê Estadual de Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual – Ceahvis –, em consonância com o [Decreto nº 46.242, de 15/5/2013](#).

REQUERIMENTOS

Além desses temas, outras questões foram apresentadas por parlamentares durante a reunião. Em resposta aos questionamentos dos parlamentares, o secretário prestou os seguintes esclarecimentos:

- com o planejamento estratégico da gestão do SUS, a adesão ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS – Proadi –, a revisão dos contratos de prestação de serviços, entre outras medidas, a expectativa é de que o Estado possa, a médio ou longo prazo, aplicar o percentual mínimo constitucional em ações e serviços públicos de saúde,

sem usar a manobra orçamentária dos restos a pagar;

- apesar do sistema de caixa único vigente no Estado, o gestor estadual do SUS restabeleceu o controle e a gestão dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, conforme previsto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012, e está trabalhando com foco no conceito de que a previsibilidade permite o planejamento, mesmo com recursos escassos;
- a conformação da rede pública de saúde e da rede hospitalar de Juiz de Fora, bem como a participação do Hospital João Penido e do Hospital Regional, serão revistas;
- quanto à reabertura de pequenos hospitais, informou que atualmente há 480 hospitais credenciados ao SUS no Estado, sendo 267 de pequeno porte e com baixa resolutividade, e que já há um grupo instituído para fazer a reavaliação da política hospitalar e discutir a vocação de cada hospital em cada região;
- quanto à efetivação da lei que dispõe sobre o pagamento de indenização aos filhos segregados de pais com hanseníase submetidos à política de isolamento compulsório, afirmou que a comissão de avaliação já está instituída;
- na assistência farmacêutica, ressaltou que estão priorizando o restabelecimento do fornecimento dos medicamentos especializados e tomando medidas para que as empresas retomem o interesse em participar das licitações; além disso, pretendem gastar o mínimo possível com estocagem de medicamentos e, no caso dos medicamentos de alto custo, a entrega poderá ser feita diretamente pelo vendedor, com sistema de rastreamento;
- quanto aos casos de tuberculose no presídio de Barão de Cocais, informou que a secretaria não tem gestão direta sobre a atenção à saúde dentro dos presídios, mas que repassa os recursos relativos à atenção à saúde da pessoa privada de liberdade para a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública;

- com relação a outras demandas mais pontuais como, por exemplo, custeio do Hospital Regional de Uberaba, implantação de Samu Regional no Vale do Aço, término da obra para habilitar leitos de UTI na microrregião de Resplendor, credenciamento do hospital psiquiátrico de São Sebastião do Paraíso, término da obra do centro de hemodiálise de Minas Novas, entre outros, o secretário alegou a necessidade de estudar caso a caso.